

38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Ciências  
Sociais – ANPOCS

GT 14 – Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos  
sociais latino-americanos

Cartografiando novas relações.

O impacto da “retomada” dos partidos políticos para o ativismo da Nicarágua contemporânea

Humberto Meza<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O autor é nicaraguense, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do IFCH/UNICAMP com apoio do programa PEC-PG da CAPES.

## 1. INTRODUÇÃO

Se tivéssemos a necessidade de calcular o grau de coerência entre as apostas políticas da Frente Sandinista (FSLN) e o estilo de governo de Daniel Ortega ao longo dos últimos sete anos na Nicarágua<sup>2</sup>, sem dúvida alguma o discurso presidencial emitido durante a cerimônia de posse em janeiro de 2007 seria uma peça fundamental para elaboração de diagnósticos mais refinados. Ao retornar à presidência do país, desde que fora derrotado por Violeta Chamorro (1990 – 1996), e após três tentativas frustradas por causa de consecutivas derrotas eleitorais entre 1990 – 2006, Ortega deixava claro – perante milhares de militantes sandinistas e burocratas do estado – que suas prioridades em políticas sociais e transferência de renda iriam se desmarcar enfaticamente dos projetos neoliberais que lhe precederam.

“Foram 16 anos que o povo pagou os custos destas políticas econômicas”, resumiu o presidente, prometendo que assumiria o desafio de “abrir um novo rumo” para a dignidade dos camponeses, jovens e das famílias nicaraguenses<sup>3</sup>. Na sequência, e observado com muita satisfação pelo então presidente venezuelano Hugo Chávez, o boliviano Evo Morales, vários presidentes centro-americanos, representante do governo da Espanha e apenas alguns delegados sul-americanos; Ortega anunciou que para isso a Nicarágua teria a cooperação solidária da ALBA<sup>4</sup>.

Pegou no braço de Hugo Chávez, o estendeu pra cima e orientou à multidão que agitasse as bandeiras e gritassem “se queriam, ou não queriam”, ser parte da ALBA. Com a emoção ritualística à flor da pele em plena praça pública, a multidão “deu o sim” com o qual o mandatário apenas respondeu: “então amanhã, e cumprindo a vontade popular, assinaremos o acordo”.

---

<sup>2</sup> O período do mandato presidencial na Nicarágua é de cinco anos, e segundo a Constituição não é permitida a reeleição. No entanto, durante o seu primeiro período (2007 – 2011) Ortega introduziu um recurso no Supremo Tribunal de Justiça contra tal disposição constitucional, cuja sentença favorável lhe permitiu concorrer a eleições em 2011, onde foi reeleito para outros cinco anos sob fortes críticas da oposição grupos acadêmicos e União Europeia. Para maiores detalhes desse processo, recomenda-se VIGIL, 2011.- *Nicarágua: eleições fraudulentas e uma ditadura institucional* in: [http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6538:submanchete211111&catid=30:america-latina-&Itemid=187](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6538:submanchete211111&catid=30:america-latina-&Itemid=187)

<sup>3</sup> <http://impreso.elnuevodiario.com.ni/2007/01/11/nacionales/38486>

<sup>4</sup> Aliança Bolivariana dos Povos (ALBA), liderada por Venezuela e que se caracteriza por acordos de intercâmbio comercial e apoio político de financiamento dos programas sociais de governos aliados. O objetivo constitutivo da ALBA é criar uma frente comum latino-americana contra os projetos expansionista dos EEUU, e ao mesmo tempo, garantir maior influencia política do falecido presidente Hugo Chávez na região. Para conhecer detalhes do acordo político-comercial, vide <http://alba-tcp.org/>

Com este simples ato, o presidente não apenas revelou o modelo de aliança regional que caracterizaria seu mandato. Mais do que isso, começava a traçar a lógica de participação embutida no seu projeto político, desde que acordos de intercâmbio comercial ou até mesmo modificação de verbas pública – como pagamento de bônus complementares para docentes da rede pública, por exemplo – não continuariam mais sendo pautas de debate nos espaços de representação institucional tradicional (nos dias de hoje, tais questões não passam mais pelo Congresso e nem outros espaços locais como as câmaras municipais).

Os mecanismos de intermediação foram substituídos, de imediato, por uma nova lógica participativa, onde “o povo” é quem exerce a democracia *de forma direta e participativa*, seja em organizações comunitárias – e até mesmo em praça pública como o Presidente fez em duas ocasiões durante seu primeiro ano de mandato – de onde surgem as orientações para os servidores públicos, sujeitando assim mandatos de vereadores e prefeitos.

Assim, o modelo de democracia direta foi instaurado na Nicarágua por decreto. Durante os primeiros dois meses da administração de Ortega, o Poder Executivo reformou a normativa de competências do Estado (Lei 290), a partir da qual emitiu o Decreto 03-2007, que gerou um sistema de participação, via Conselhos de Participação Cidadã (CPC).

Os CPC foram instaurados em todos os níveis de decisão, desde as comunidades comarcais, distritos e passando pelos municípios, os departamentos (ou províncias) até as principais capitais departamentais. O sistema de CPC está subordinado ao Gabinete do Poder Cidadão (GPC), também criado no Decreto, e que por sua vez é coordenado por um conselho de Secretarias da Presidência da República que responde diretamente à esposa de Ortega, Rosario Murillo (Ortega Hegg, 2008; Stuart, 2009).

No território, cada CPC segue as orientações do Executivo, mas atravessado pelas estruturas do partido. Diversos estudos (Prado, 2008, Stuart, 2009 e Zaremborg, 2013) demonstram que os coordenadores destes espaços nos departamentos – ou províncias – e municípios são os próprios secretários políticos da FSLN, fazendo com que as decisões dos CPC estejam alinhadas aos interesses do partido quando direcionadas às respectivas prefeituras. Na primeira metade do ano, o estado tinha conseguido organizar 500 mil 288 pessoas em 6,334 CPC (Stuart, 2009: 28-29) e já nos finais de 2007 tinha legalizado, também por decreto, a incorporação do GPC no Conselho Nacional de Planejamento Econômico Social (CONPES), a maior instância de consulta do Poder Executivo, criada no começo dos anos 2000s.

Tamanha alteração na infraestrutura participativa não podia ter acontecido sem transtornos. A nova engrenagem organizativa, altamente subordinada à FSLN e com

influência de Murillo, jogou por terra toda a estrutura participativa que diversas organizações sociais vinham construindo desde 1994, quando o processo de descentralização municipal abriu espaço para um modelo de co-gestão entre os governos locais e algumas ONGs, via os Conselhos de Desenvolvimento Municipal (CDM). Os CDM tinham funções deliberativas para a maioria das políticas setoriais no município, da mesma forma que o CONPES funcionava para a Presidência da República, mas a sobreposição dos CPC em todos os municípios esvaziou os CDM e afastou a maioria das organizações que não contassem com a “certificação e aprovação” dos Secretários Políticos da FSLN (Stuart, 2009).

O diagnóstico que Ortega Hegg (2008) elaborou para entender o impacto desta alteração participativa para as relações do estado com as organizações da sociedade civil, confirmou que a lógica estatal era criar empecilhos para a participação de organizações e movimentos com os quais a FSLN desenvolvera uma relação de confronto ao longo dos anos 90s e na primeira metade do 2000s. Atendendo a tal histórico de confronto, era de se esperar que a participação destas organizações no contexto do mandato FSLN poderia ser interpretada desde uma perspectiva de “oposição partidária”:

“(…) la primera explicación del conflicto en las relaciones gobierno-sociedad civil en la que coinciden todos los funcionarios del gobierno es que la contradicción es política. De forma explícita se dice que algunos notables y líderes de las OSC asumen claras posiciones políticas contra el FSLN, escudándose en las ONGs. Al respecto, algunos funcionarios van más allá señalando que la confrontación es sólo con los líderes que asumen posiciones de partido político, usurpando el rol de intermediación de los partidos. Uno de ellos fue muy taxativo: la política es un campo exclusivo de los partidos políticos. Al respecto se precisa que los discursos que entran en conflicto con el gobierno son los discursos políticos y las críticas “envenenadas” contra el gobierno del FSLN (...) Según funcionarios de gobierno, en ese enfrentamiento político las ONGs y OSC no son complementarias al gobierno sino competidoras en clientela y discurso” (2008: 17 – 18)

A desqualificação seletiva das ONG por parte do estado era, majoritariamente, uma alusão às redes de organizações feministas. Durante os meses prévios às eleições de 2006 – quando Ortega foi eleito Presidente – o Movimento Autónomo de Mulheres (MAM), a maior rede de organizações feministas, subscreveu uma aliança formal com o Movimento de Renovação Sandinista, partido político que surgira em 1994 como dissidência da FSLN e que também concorria às eleições disputando a mesma base eleitoral sandinista.

O acordo entre o MAM e o MRS era uma reação a diversos embates que a FSLN vinha experimentando com o feminismo nicaraguense desde 1998. Naquele ano Ortega foi acusado de estupro pela sua enteada, Zoilamérica Narváez, cuja denúncia abriu um extenuante processo na justiça e no qual as organizações feministas tomaram partido decididamente,

gerando conflitos internos em alguns casos insuperáveis. As apostas do movimento em torno da aliança a um “partido confiável” era a necessidade de influenciar nele para contrarrestar mudanças dentro do estado (onde o partido assumisse cargos) que obstaculizassem a agenda feminista. Em outras palavras, impactar no MRS para que esse partido assumira posturas no Legislativo e nos sistemas de partidos a favor de uma agenda de gênero.

Com base nessa aposta, o MAM negociou com o MRS uma agenda cinco princípios ao redor da laicidade do estado, o compromisso pela democracia, equidade de gênero, justiça social e política de desenvolvimento (MAM, 2006), e neles os atores assumiram compromissos mútuos. O MRS tinha a obrigação de incorporar no programa de campanha eleitoral – e de governo, no caso de um eventual triunfo – uma agenda de programas para a efetivação destes cinco princípios. Para o movimento, os deveres se resumiram em quatro: assessorar a equipe de campanha, auditar o manejo dos fundos da campanha, apoiar os candidatos e candidatas do partido e assessorar a bancada da coalizão no Legislativo.

A aliança entre o MAM e o MRS trouxe à tona um duro debate ao redor da autonomia para o movimento de mulheres, acarretando altos custos em termos de conflitos com alguns militantes de base e organizações aliadas. Porém, na visão das lideranças nacionais do MAM, o acordo com o MRS se justificava pela necessidade de encontrar espaços onde enfrentar os embates que viriam do estado, caso Ortega ganhasse as eleições (o que aconteceu com o 38% dos votos). O temor do movimento, segundo Sofia Montenegro, uma das mais notáveis líderes da Coordenadoria Política do MAM, era que a chegada de Ortega ao poder afetasse significativamente o ativismo, no geral, e as apostas por equidade e direitos das mulheres desde as políticas públicas, de forma mais particular:

“Hicimos un análisis de escenarios sobre la regresión autoritaria en el país, a partir del pacto<sup>5</sup> y la preparación del FSLN para la toma del poder de vuelta (...) Bueno, efectivamente teníamos que estar preparadas para el peor escenario y eso nos llevó a decir que a nosotras solas nos lleva el diablo y por eso la decisión fue apoyar a una alternativa que no fuera el FSLN y entre eso encontramos tres cosas que necesitábamos para una estrategia de defensa: sostener la existencia del movimiento autónomo, contribuir a desarrollar una sociedad civil

---

<sup>5</sup> A acusação de estupro contra Ortega gerou uma profunda crise partidária e dividiu abruptamente o movimento feminista. Para bloquear o andamento do processo na justiça, Ortega negociou uma série de emendas à Constituição e à Lei Eleitoral com o então presidente liberal Arnoldo Alemán (1996 – 2001) e em troca não levaria adiante as acusações de corrupção que a FSLN iniciara contra o mandatário pelo desvio da ajuda internacional que respondeu à devastação provocada pelo furacão Mitch, o maior fenômeno natural que arrasou uma boa parte da América Central nos últimos meses de 1998. Alemán obtivera, automaticamente, um assento no Legislativo uma vez concluiu o seu mandato e Ortega conseguira reduzir a percentagem de votos estabelecidos na Constituição para declarar o triunfo eleitoral em primeiro turno. Tal negociação que, entre outras emendas estabeleceu empecilhos para partidos pequenos participarem nas disputas eleitorais foi conhecida como “o pacto” (Baldizón, 2004)

fuerte y autónoma y contribuir a la construcción de una nueva izquierda. Eso para nosotros era lo más estratégico para el movimiento y para la Democracia” (*Entrevista a Montenegro, realizada em 2013*)

Onde está o sucesso destas apostas em termos de mudanças dentro do partido e para a criação de condições voltadas a gerar políticas públicas de equidade de gênero? Que outros impactos, não planejados, foram gerados a partir deste acordo organizativo que trouxe o partido político para o campo movimentalista, considerando um contexto participativo altamente complexo? Quais são as demandas de análise teóricas que surgem ao analisar este caso? Essas são as perguntas que atravessam o interesse de análise exposto neste artigo. Trata-se, em definitiva, de uma reflexão sobre a relação dos movimentos sociais com os partidos políticos, mas não desde a perspectiva de desafios para o ativismo social, mas de impactos que esse ativismo traz para o interior dos partidos e os desafios experimentados no habitat partidário.

Esta análise está permeada por uma agenda de pesquisa que se propõe diagnosticar as mudanças do ativismo latino-americano, a partir de transformações políticas profundas que aconteceram ao longo da região durante os últimos dez anos. Tal repertório de pesquisa demanda observar o ativismo não apenas como um fenômeno contencioso (Tilly, 1995), mas que opera nas intersecções entre as ruas e os recintos institucionais da política, seja no interior do estado ou no seio dos partidos políticos, como proposto no presente caso.

Assumimos, contudo, que essa demanda requer ainda maiores esforços por questionar uma tradição de estudos sobre o ativismo, muito rica quanto à formação de metas-narrativas teóricas, mas ao mesmo tempo, precária para explicar as imbricações dos atores institucionais da política – partidos políticos e estado – no ativismo social. Nesse sentido, Hellman (1992), atribuiu esse vazio analítico às profundas preferências de analistas, particularmente europeus, por louvarem as características de solidariedade, luta anti-hierárquica e relações horizontais e espontaneidades, que se supõem diferenciariam os movimentos sociais dos outros atores políticos, especialmente partidos.

O impulso por uma abordagem, digamos que virtuosa sobre o ativismo, consolidou o que Hellman chamou de “fetichismo da autonomia”, cuja categoria era entendida pelas suas distinções de “isolamento, espontaneidade e precária institucionalização”:

“Some analysts, as I have noted, insist that the incorporation of autonomous social movements into broader political movements represents the loss of an authentic popular voice. But those who hold this view fail to grasp that the encounter between movement and party is a dialectical one in which the movement is altered but, so too, is the party – whether the party in question is a small, precariously situated leftist coalition” (1992: pp. 58)

Analisar estas alterações como acontecendo ao longo do trajeto de uma avenida de mão dupla implica observar que existem alterações simultâneas, tanto para ativismo quanto para as dinâmicas internas dos partidos políticos. No caso escolhido, podemos constatar que o movimento feminista nicaraguense tem alargado as fronteiras do seu entorno ao ponto de encenar uma espécie de “ativismo dentro do partido”, no qual vai reorganizando questões de caráter estrutural (implementando ações voltadas para a construção e fortalecimento de uma rede de mulheres dentro do partido), do âmbito eleitoral (ao formular estratégias sobre a cota de gênero para as candidaturas), e de aspectos organizativos (ao puxar dirigentes do partido para contribuir na formação de diversas redes como espaços “alternativos” da participação, depois que muitos deles foram barrados dos novos conselhos pela FSLN). A análise proposta aqui adotará esses três níveis de análise, na tentativa de detectar tipos de relações.

A despeito dos impactos que podemos encontrar operando nesses três níveis (estrutural, organizativo e eleitoral), argumentamos ainda que ambos os atores – partido e movimento – enfrentam diversos obstáculos para efetivar as mudanças geradas pela sua coordenação. Embora o partido tenha sido afetado nos seus próprios processos internos, contribuindo ao mesmo tempo a canalizar a participação dos atores barrados dos conselhos oficiais; a dinâmica interna do próprio partido e os traços de práticas autoritárias no eleitorado e de certos funcionários públicos atrapalha os resultados efetivos dessa participação e compromete o impacto de mais longo alcance.

Para desenvolver este argumento, vamos dividir este artigo em duas seções. Na primeira, apresentaremos o enquadramento teórico do nosso debate, mergulhando entre a bibliografia sobre os partidos políticos para entender como essa produção elaborou – ou não – pontes para as análises sobre a ação coletiva, para obter subsídios que nos permitam elaborar propostas para avançar adequadamente nas explicações dessas conexões.

Tendo certa clareza do nosso piso teórico, na segunda seção dialogaremos com a realidade questão. Elaboraremos as análises sobre os três níveis aqui identificados (estrutural, organizativo e eleitoral), a partir da combinação de dados com depoimentos e casos encontrados para experimentar se esses níveis de análises são adequados para contribuir com essa agenda de pesquisa de foco relacional.

O encerramento deste artigo será uma breve reflexão sobre a contribuição que poderemos extrair desta análise para o fortalecimento de futuras pesquisas voltadas a analisar as interações no campo político.

## 2. À PROCURA DA CONEXÃO TEÓRICA: PARTIDOS E MOVIMENTOS EM INTERAÇÃO

Apesar da alta tradição analítica e riqueza teórica sobre os partidos políticos na Ciência Política ocidental, esta literatura continua suscitando novas perguntas, campos de análises e demandas de indagações que deem conta da complexidade de transformações culturais, particularmente nos contextos da América Latina, e com uma ênfase em política comparada (Martinez, 2009; Freinderberg, 2013).

Ao longo de mais de cem anos de análise, as produções bibliográficas ao redor dos partidos políticos legaram abordagens que, no geral, explicam os funcionamentos destes atores para a democracia ocidental, assim como as estruturas internas e alterações organizativas ocasionadas por transformações políticas conjunturais<sup>6</sup>, conduzindo as análises para a conexão do sistema de partidos com seu entorno.

Durante a segunda metade do século XX, estas abordagens – estruturais e funcionalistas – permitiram a formação de tipologias de partidos políticos em contextos de democracias estáveis e sistemas de partidos institucionalizados<sup>7</sup>, ocultando em boa medida, questões tocantes à relação dos partidos com as organizações sociais, e mais ainda como esses vínculos se constroem em contextos não industrializados e de crises recorrentes. Como um traço da origem, a literatura dominante de partidos examinou estruturas fixas e relações fortalecidas da liderança partidária com a militância, gerando a visão de estarmos frente a atores unitários com objetivos políticos claros.

Já na América Latina, onde os partidos políticos possuem estruturas informais e um esquema organizativo, digamos que altamente flexível, podemos encontrar uma incipiente produção teórica que, contudo, tem sido capaz de diagnosticar experiências de formação de redes clientelistas e fluxos recorrentes de militantes e estratégias compartilhadas no interior das coligações partidárias, particularmente focadas em eleições (Freindeberg & Levitsky, 2007).

---

<sup>6</sup> Desde a referenciada obra de Michels (1972), passando por diversas produções que desvendam o papel dos partidos para a democracia ocidental (Duverger, 1970; Panebianco, 2005), as abordagens sobre os partidos políticos podem ser reduzidas a duas grandes correntes: estruturalistas e funcionalistas. Porém, Martinez (2009) sugere, baseado em Lawson (1976), que no extenso da trajetória analítica têm existido cinco focos chaves, os quais histórico, estrutural, funcionalista-sistêmico, comportamentalista e ideológico. Para maiores detalhes sobre o percurso bibliográfico ao redor dos partidos políticos e a sua importância na América Latina, recomenda-se Amaral (2013) e Freinderberg (2013).

<sup>7</sup> Dessa forma encontramos elaborações de tipos de *partidos de quadros* (ou notáveis) como uma organização bem mais tradicional da primeira metade do século XX, que se contrapõe aos tipos de *partidos de massa* (Duverger, 1970). As transformações no mundo ocidental mais associadas ao bem-estar econômico e ao surgimento de complexos espaços de representação motivou os partidos de massa virarem *partido catch-all* (Panebianco, 2005 em Amaral, 2013). O acesso do partido a posições dentro do estado e os mecanismos de financiamento público instauraram um tipo de partido cartel (Katz e Mair, 2012)



Essa composição interna dos partidos, frouxa e informal, não é apesar disso um traço de perversão. Ela parece ser fundamental para as adaptações dos partidos políticos em períodos de crises políticas bastante frequentes neste lado do hemisfério ocidental. O estudo de Levitsky (2003) sobre as transformações do partido justicialista argentino permite observar, por exemplo, como as crises políticas conduzem a uma recomposição de sistemas de partidos, ocasionando fragmentação e instabilidade ao próprio sistema.

Perante essa fragmentação, os partidos precisam revisitar suas estruturas internas para certificar critérios de afiliação e pertença, cujo processo traz à tona a relação direta que os partidos possuem com diversos setores da vida social. De fato, como o estudo de Levitsky comprova, um dos fatores que facilita a adaptação dos partidos políticos a contextos instáveis é a capacidade de acionar “o arraigo social” que mantêm entre segmentos da vida cotidiana dos seus membros. O partido ativa o vínculo com as *organizações de massas*, com a intenção de “certificar a lealdade eleitoral e encapsular” os interesses que representa, deixando de lado o problema das estratégias de readaptação para enfrentar as mudanças na conjuntura política.

Ao fazê-lo, institui uma espécie de “*subcultura partidária*” (Panebianco, 1988), que surge do “encapsulamento” dos interesses – e dos membros – que auxilia o partido na legitimação do eleitorado de pertença. Um mecanismo que na explicação de Levitsky, apoiado em Panebianco (1988), funciona quando o partido atinge um estágio de institucionalização<sup>8</sup> de modo que:

(...) societal rootedness is associated with mass party structures and organizational encapsulation (Sartori, 1968:122; Wellhofer, 1979a, 1979b). By “incorporating within the political party as many of the everyday life activities of the membership as possible” through the sponsorship of unions, youth and women’s branches, sports clubs, cooperatives and other organizations, mass parties created distinct party subcultures or “communities of fate” (Wellhofer, 1979b: 171). Such encapsulation raises the threshold at which voters decide to abandon their party, creating, in effect, “electorates of belonging”<sup>9</sup> (Panebianco, 1988: 267) apud (Levitsky, 2003: 13).

---

<sup>8</sup> A questão da institucionalização do partido também recebe diversas interpretações teóricas em dependência do referencial analítico que se mobiliza. Em Levitsky (2003), apoiado por Huttintong (1968), Keselman (1970), Panebianco (1988) e Appleton (1997), a institucionalização do partido é o que permitiria sua capacidade de adaptação, a través do fortalecimento das relações com outros atores da vida política, incluindo o que os teóricos de partidos políticos chamam de Grupos de Pressão ou Grupos de Interesse. Em outra perspectiva, a institucionalização entende-se como a normalização dos procedimentos intra-partidários (Janda, 1980) ou até mesmo a própria capacidade de captação de recursos financeiros (Panebianco, 1988)

<sup>9</sup> Segundo Levitsky, Panebianco define esse “eleitorado de pertença” como o setor que compõe a subcultura partidária e que se institui sendo um apoiador nativo do partido independentemente das estratégias que o partido define. Em outro texto, Wellhofer (1974) argumenta que o partido “estratifica” os setores da vida social para se constituir como uma “comunidade de destino”, de forma que para esse seu reduto estima incentivos e compensações, do mesmo modo que Olson estima que os atores acedam a incentivos e benefícios para a ação coletiva.

Pode-se notar que esse mecanismo está determinado pela intensidade e dinâmica da incorporação – e por tanto da relação – dos militantes, eleitores e simpatizantes<sup>10</sup> com as estruturas institucionais dos partidos de massa, cuja característica nos situa nas intersecções entre as instituições partidárias e os espaços da arena societal. A criação de *subculturas partidárias* revela que os partidos operam com uma composição interna absolutamente plural, dispersa e heterogênea que, em dependência das mudanças do contexto político e as relações que estes instauram, gera tensões com potencialidades para conduzir à perda de militantes e fraturas partidárias altamente sensíveis.

Podemos encontrar exemplos sobre esse tipo de “resultados indesejáveis” para o partido quando analisemos, um pouco mais pra frente neste texto, a consequência da incorporação da regra de cotas de gênero no MRS, e como essa regra começa a ser testada durante a campanha para as eleições municipais de 2008. Por enquanto, só queremos avançar nesta seção teórica, tentando entender o que poderíamos ganhar com a ideia de *subcultura partidária* para as análises dos movimentos sociais desde a perspectiva relacional.

Entendemos que assumir que os partidos políticos não são essas instâncias unitárias que podíamos perceber das primeiras análises sobre tipologias partidárias, implica que estamos frente a atores que experimentam disputas internas que precisam da ativação do arraigo social para encontrar mecanismos de superação de conflitos entre setores da militância e os interesses inerentes a ela. De fato, Levitsky argumenta que desse arraigo depende a capacidade de adaptação do partido às tensões do entorno.

Do lado da produção bibliográfica sobre os movimentos sociais, particularmente a agenda de pesquisas inspirada na Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), este tipo de conexões não interessaram como fatores de análises, por causa da motivação de analistas por diferenciar o novo movimento das “velhas formas” organizativas da política, isto é, partidos.

De fato, a distinção “do novo” reside na característica desses movimentos como novas formas de representação que não estariam institucionalizadas nem reproduziriam mecanismos hierárquicos na tomada de decisões e implementação do ativismo. A ênfase na autonomia como uma característica esperada dos “novos atores” (Hellman, 1992) se constituiu no

---

<sup>10</sup> As interpretações sobre a membresia é também um tema complexo na bibliografia dos partidos políticos, pois como explicado em Cabarozzi & Medina (2002), o caráter voluntário destas organizações políticas ocasiona que a composição dos partidos, e por tanto, suas fronteiras e limites, seja entendida de diversas maneiras. Pode-se considerar que os partidos estejam integrados pelos militantes, ativistas e afiliados “de carteirinha”, mas também se interpreta aos “eleitores fieis” como integrantes das organizações partidárias desde que eles garantem apoio político e são potenciais captadores de novos apoios; uma interpretação que não deixa de ser polêmica posto que considera-los como parte dos partidos equivale a considerar “os consumidores de suco de laranja como membros da própria fábrica” (Cabarozzi & Medina, 2002)

principal traço distinto dessa novidade, mas como o estudo de Dalton e Kuechler (1990) argumentou depois, tal ênfase chamou a atenção, provavelmente sem pretendê-lo, sobre a relação destes atores com o sistema de partidos políticos. Afinal de contas, os movimentos são “novos” porque se contrapõem aos partidos políticos, entendidos como sujeitos da velha política, e por tanto, não poderiam deixar de ser considerados como variáveis na análise.

Inspirados nessa ideia, autores como Claus Offe e Sidney Tarrow (1990) desenvolveram estudos de caso mais concretos ao redor das transformações do sistema de partidos na Alemanha e na Itália, na tentativa de indagar como funciona essa distinção entre “velhos e novos”, isto é, como partidos e movimentos operam na prática. Ambos os autores comprovaram que, a pesar do debate teórico, os considerados novos movimentos são afetados pelos partidos políticos ao ponto de experimentarem transformações internas que conduzem a uma institucionalização e moderação da sua prática política, da mesma maneira que os partidos políticos reagem aos impactos dos movimentos sociais, modificando em alguns casos até o próprio sistema de partidos. Os casos do Partido Verde da Alemanha e o sistema italiano de partidos políticos foram tomados como evidência para comprovar que essa interação existe e é capaz de provocar mudanças de mão dupla.

Joyce Gelb (1990) adotou a mesma abordagem para mostrar como nas estratégias implementadas pelas organizações feministas para influenciar nos sindicatos e nos sistemas tradicionais dos partidos políticos nos Estados Unidos, Suécia e Inglaterra na incorporação de relações equitativas dentro dessas estruturas, surgem agendas compartilhadas ao ponto que o compromisso das feministas por tais estratégias funciona como elo entre o movimento e esses atores mais “institucionalizados”.

Na experiência da construção democrática na Nicarágua, após as eleições de 1990 que marcaram o fim do período revolucionário, podemos encontrar evidências de como a subcultura partidária estruturada pela FSLN ao longo dos anos 80s, foi ativada quando vivenciaram maior período de crise que o partido já teve ao longo da sua existência, ocasionando impactos sensíveis para as organizações de massas, de forma geral, e mais particularmente para as organizações feministas.

Sessenta dias depois da posse da Presidenta Chamorro em 1990, os militantes sandinistas foram convocados para a primeira assembleia nacional do partido com o objetivo de analisar as razões da derrota, que trouxe a reboque o fim do conflito civil que custou a vida de 30,870 nicaraguenses em menos de cinco anos (Luciak, 2001; Cardenal, 2103). O debate ao redor do declínio do projeto revolucionário conduziu a reformas na organização interna da FSLN

(Santiuste, 2000) que passavam por modificar a principal estrutura de autoridade do partido, passando da Direção Nacional (DN)<sup>11</sup> para a própria Assembleia Sandinista (AS).

Essa reestruturação representava uma disputa interna de posições onde se envolveram as organizações de massas relacionadas com o partido, fundamentalmente sindicatos, cooperativas de trabalhadores rurais, associações de professores de rede públicas e líderes feministas que, na época, pressionavam pela formação de Secretarias da Mulher dentro das estruturas sindicais. A disputa central era qual modelo de partido devia caracterizar à FSLN sendo um partido de oposição e não mais o condutor de um estado revolucionário. Isto motivou o surgimento de duas tendências que mantiveram os embates durante os quatro anos seguintes. A tendência da “Esquerda Democrática”, defendida por Daniel Ortega, privilegiava o uso das ruas, da violência como forma de oposição e os repertórios de luta usada historicamente pela FSLN para gerar instabilidade ao novo governo neoliberal, enquanto a corrente “Por um Sandinismo que volte às Maiorias” pressionava por estratégias de oposição institucional a partir do diálogo e de alianças com outros partidos e elites locais no bojo do “novo jogo democrático” (Santiuste, 2000).

Em 1994 este conflito conduziu ao surgimento do MRS, mas o embate teve consequências definitivas para as próprias organizações de massas, que viveram a tensão praticamente na mesma intensidade. Os sindicatos se fracionaram e algumas líderes feministas dentro deste setor foram acusadas de traição por parte dos companheiros sindicalistas, por quererem criar um novo tipo de liderança que questionasse a liderança tradicional. Ser feminista não só distraía da questão central “de classe”, mas também implicava não reconhecer a liderança tradicional e histórica forjada na luta, “da mesma forma que o fazia o MRS”. A conta do conflito partidário foi paga por todos da mesma maneira e impactou em maior medida aos atores alojados nessa “subcultura partidária” que compõe o eleitorado de pertença ao sandinismo

A francesa Ana Criquillon, uma das mais notáveis feministas no cenário nicaraguense, e que inspirou a formação do feminismo no país desde finais dos anos 70s quando por um acaso teve de largar a França para colaborar – também por um acaso – com a Nicarágua, recria no seu próprio relato, os detalhes dessa tensão dentro das organizações de massas e entre as próprias organizações de massas com o partido:

---

<sup>11</sup> Desde 1984 – 1990, a DN foi o principal órgão de direção do Estado - e do partido - composto por nove comandantes com um equilibrado poder na tomada de decisões, na esteira do governo revolucionário, entanto a AS era a maior instancia representativa dos militantes.

“Todo eso, lo del conflicto de las dos tendencias antes del nacimiento del MRS, tuvo su impacto en las organizaciones de masas, pero ya para esa época había gente, feministas, que ya no estaba más en esas organizaciones (...) había un revoltijo de mujeres feministas que tuvieron liderazgo durante la revolución que ya no estaban en las organizaciones de masas ni trabajaban en ellas, menos en el gobierno, por supuesto. Estaban sueltas, en sus colectivos y en sus lugares. Ya ahí es cuando se empieza a hablar de un movimiento autónomo porque recuerdo que se fue creando una especie de ruptura entre la parte del movimiento que está fuera de las organizaciones de masas y las que están dentro. Pero no es una ruptura por razón político-ideológica, sino por cuestiones de la autonomía. Así es como (*las feministas dentro de las organizaciones de masas*) comienzan a cuestionar (*a las que están fuera*) por la radicalidad, la falta de agenda, mientras las otras (*las de afuera*) las acusan (*a las de adentro*) de perder la perspectiva. En todo caso, las que estaban todavía dentro de los sindicatos estaban perdiendo poder porque las mismas organizaciones de masas estaban en crisis. Era una pérdida de poder por todos lados” (*Entrevista realizada em fevereiro, 2014*)

Acreditamos que esta experiência convoca os pesquisadores a prestar maior atenção, não apenas às formas de interação entre o partido e as organizações sociais que conformam essa subcultura partidária, mas também nos interpela a ficar atentos a como essa interação vai se alterando segundo as transformações da conjuntura política. Isto é, a intensidade das dinâmicas relacionais e os resultados são inteiramente moldados pelas alterações do contexto político, fazendo com que os atores inovem em arranjos e regras organizativas, formas de ativismo e objetivo da mobilização. Por esse motivo, nos chama muito a atenção que quando o MRS foi oficialmente criado, no bojo da disputa ferrenha dentro da FSLN e o impacto desta para as organizações de massas, como relatado mais acima, a questão da relação que o partido iria desenvolver com os movimentos sociais é uma seção que destaca no próprio estatuto constitutivo.

Analisando o estatuto de constituição do partido<sup>12</sup>, que até hoje continua sem reforma desde a fundação do MRS, encontramos que existe um capítulo inteiro que trata da relação do partido com as organizações sociais, e em vários dos artigos destaca que a visão partidária sobre os movimentos sociais é de articulação para a formulação de políticas e ações conjuntas. Em outras palavras, o partido assume um papel para o ativismo e ajuda a filtrar as propostas das organizações, cuja potencialidade questiona totalmente a visão dos movimentos como “correias de transmissão” do partido. Na seção a seguir analisaremos como essa visão é efetivada na prática e quais os desafios concretos que existem para a formulação de políticas de equidade de gênero, depois que o primeiro “teste” que passam da relação com os

---

<sup>12</sup> Literalmente, um dos artigos que trata diretamente da questão, diz: “El partido podrá establecer relaciones de cooperación con cualquier organización o asociación civil para promover conjuntamente actividades, objetivos y valores coincidentes, así también como para realizar consultas e intercambios para la definición de propuestas políticas y planes de acción”: Estatuto do MRS em: <http://partidomrs.org/index.php/partido-mrs/estatutos>

movimentos e a partir da aliança que construíram em 2006 com as organizações do movimento feminista.

### **3. A OCUPAÇÃO DOS PARTIDOS PELO ATIVISMO FEMINISTA PARA ALÉM DAS COTAS DE GÊNERO**

A aliança subscrita entre o MAM e o MRS durante as semanas prévias à campanha eleitoral de 2006, não foi apenas uma estratégia de preparação por parte do movimento para enfrentar os embates que viriam do estado – como de fato aconteceu – com um eventual triunfo de Ortega. Ela também se justifica pelo fato da militância feminista e as lideranças do partido terem atravessado durante os anos 90s, o mesmo histórico de conflito que gerou a implosão do sandinismo em dois partidos políticos (FSLN e MRS). Ambos disputaram o mesmo eleitorado ao longo de dez anos (1996 – 2006), outorgando amplas vantagens para as representações partidárias da direita, que revezaram no controle do estado entre 1990 - 2006<sup>13</sup>.

Apesar de contar com um cenário de mais de dez partidos políticos, incluindo os partidos de representação local, a Nicarágua tem experimentado uma dinâmica mais característica de um sistema bipartidário do que altamente pluralista. Ao longo dos dezesseis anos que precederam à volta da FSLN ao poder, as disputas eleitorais pareceram estar travadas entre duas representações bem definidas: Sandinismo (particularmente a FSLN com a candidatura de Ortega) vs partidos liberais (PLC e PLI), principalmente depois que a coalizão eleitoral liderada por Violeta Chamorro em 1990 fracassou na sua capacidade de representar eleitoralmente o setor anti-sandinista.

Faremos uma breve descrição de como esse percurso foi afetando as dinâmicas internas da FSLN para entender o impacto dessas dinâmicas na formação da MRS que nos permita explicar o tipo de relações que costuram, nos dias de hoje, com o movimento feminista. Acreditamos que essa breve passagem pode ser importante, desde que ela dá conta do

---

<sup>13</sup> A rigorosidade dessa afirmação requer, obrigatoriamente, uma ressalva. Ao longo desses 16 anos, os partidos da direita também sofreram fortes crises, ao ponto que algumas coalizões eleitorais desapareceram, enquanto novos partidos surgiram. Em 1990 a FSLN perdeu as eleições para uma coalizão eleitoral (Unión Nacional Opositora, UNO), liderada por Chamorro, que não foi capaz de permanecer no tempo para concorrer às eleições de 1996 e nem conseguiu se constituir na esperada representação partidária da *contra* dos anos 80s. Tal vazio foi habilmente aproveitado pelo então prefeito de Manágua, Arnoldo Alemán, levando seu partido, o Partido Liberal Constitucionalista (PLC), ao poder entre 1996 – 2001. Como consequência do pacto entre Alemán e Ortega entre 1998 - 2000, o PLC também sofreu fraturas sensíveis e perdeu uma boa percentagem de militantes que saíram do partido para fortalecer o Partido Liberal Independiente (PLI), que alcançou a presidência entre 2001 – 2006, caracterizada por suas fortes conexões com os Estados Unidos, o que parcialmente explicaria o sucesso eleitoral de Ortega em 2006 (Anderson, 2005; Puig, 2012)

processo de formação dos próprios partidos, atravessado também pelo crescimento do movimento feminista, do outro lado da calçada.

A transformação da FSLN, de ser um movimento guerrilheiro comandando uma revolução popular que ficou dez anos no poder, a ser um partido político de oposição em um contexto de reformas neoliberais, tinha de tudo para ser um processo traumático e contencioso. Isso explica o surgimento das duas facções que, além de dar origem ao MRS, teve claros impactos para as reformas nas estruturas do partido (Luciak, 2001). Em 1994, a AS convoca a um congresso nacional do partido na tentativa de conciliar ambas as facções, mas em lugar de conseguir uma reunificação, a AS só obteve radicalizar mais ainda o conflito durante a renovação do diretório interno (a DN) que se realizou no mesmo encontro.

As eleições internas deram como resultado uma ampla vantagem a Ortega que reteve 53% da DN e 65% da AS. Sergio Ramirez, quem fora vice-presidente da Nicarágua durante o período revolucionário e companheiro de luta de Ortega, mas integrante da facção oposta, não foi reeleito no diretório, o que significou que o partido não institucionalizaria a tendência “Por um Sandinismo que Volte às Maiorias” empurrando esse grupo a formar uma dissidência que meses depois viraria um novo partido. O MRS iniciou incorporando três membros do anterior diretório nacional (Dora Maria Tellez, Luis Carrion e Mirna Cunningham), deixando a tendência de Ortega tomar conta da condução da FSLN até o triunfo eleitoral de 2006. Esse é o momento de inflexão ao que alguns autores (Santiuste, 2000, Luciak, 2001, Baldizon, 2004) atribuem as razões pelas quais a FSLN “passou de ser sandinista a orteguista”.

A despeito do resultado que comprometeu os mecanismos de democracia interna da FSLN, esta assembleia de 1994 foi também emblemática por ser o primeiro momento em que o sandinismo começou o debate ao redor das questões de cota de gênero, resolvendo que as mulheres ocupariam um 30% nas estruturas de direção. Embora não resolveu nada com relação às cotas para a apresentação de candidaturas, essa decisão motivou que em 1996 a FSLN apresentasse até 35,6% de candidatas para posições no legislativo, enquanto o MRS apresentou 24,7% de mulheres nas mesmas posições (Vijil, 2010).

Entre 1996 – 2006, a presença de mulheres na lista de candidaturas não superou a média de 20%, o que faz com que a questão das cotas de gênero seja, de fato, um debate recente nas experiências partidárias da Nicarágua. Veremos como isso se conjuga com as estratégias que o movimento feminista executa hoje na sua interação com o MRS, gerando não só transformações ao redor das cotas, mas também ações de coordenação de políticas públicas e mudanças estruturais, cujos desafios analisaremos a seguir.

Como foi mencionado anteriormente, partimos da compreensão de que a interação entre o partido e o movimento social não registra impactos de forma unidirecional, isto é, assim como o partido formula mediações para o ativismo e orienta as disputas da participação (Gurza Lavalle, Romao e Zarenberg, 2014); também o movimento é capaz de gerar alterações dentro do partido na formulação de pautas, preparação para a disputa eleitoral e reorganização estrutural. A seguir, analisaremos o caso escolhido para ver como essa mudança se experimentou sobre três níveis dentro do MRS (estrutural, organizativo e eleitoral), mas considerando a intenção de explorar contribuições para o avanço de pesquisas empíricas neste âmbito.

*a. Alterando as estruturas, o caso da “rede de mulheres do MRS”*

Apesar dos cinco compromissos contemplados no acordo entre o MAM e o MRS mostrar que existe uma distinção clara entre ambos os atores sobre a qual definir a coordenação (o movimento é responsável por assessorar o partido desde fora, para sua vez o partido influenciar em políticas públicas), a efetivação deste acordo na prática política, acarretou outras implicações não previstas que impeliram às militantes feministas transbordar o âmbito externo da assessoria para entrar até “a cozinha” do ator partidário.

A aliança estava inicialmente prevista para os atores agirem em período de campanha eleitoral, assegurando que o partido poderia ter acesso a posições dentro do estado para incorporar uma agenda feminista na definição das políticas públicas. Mas passadas as eleições, deixando o MRS numa posição, aparentemente desfavorável para influir na aprovação de normas legislativas (apenas três deputados no Legislativo e só dois prefeitos), o movimento reviu suas apostas e resolveu avançar com a coalizão.

Nessa reformulação do acordo, o movimento considerou que não fazia sentido apostar apenas por um trabalho eleitoral, sem que o partido estivesse preparado em questões de gênero para o avanço de uma agenda efetivamente feminista nos espaços que o partido ocupa, embora com poucos representantes, mas que possam veicular as demandas do movimento.

Como explicado por Sofia Montenegro, da Coordenadoria Política do MAM, trata-se de “fazer um MRS feminista” e para isso, precisava-se de passar para a formação:

“Nosotras no jugamos al papel de sustituir al partido, sino que lo que hay es una alianza, una colaboración de un lado y del otro, de apoyo mutuo y de unidad en la acción para hacer algunas cosas (...) hicimos una evaluación de la alianza hace un par de meses y llegamos a la conclusión que ha sido mutuamente enriquecedora. El MRS se vuelve más feminista, le metimos una cuña, le estamos chancomiendo los sesos a sus mujeres, ya tienen una red, nos consultan los temas para la bancada con lo que tiene que ver con el cuerpo, esas cosas la



hacen en consulta con el Movimiento. Nos consultan el Código de Familia, la Ley de Violencia contra las mujeres (...) ese vínculo ha sido muy fructífero. Ellos lo valoran altamente, tanto que hasta nos han invitado a ser observadores de sus reuniones de Junta Directiva, y ahí estoy designada yo... ahí voy que es una vez al mes” (*Entrevista a Montenegro realizada em 2013*)

O acordo para desenvolver sessões de formação em gênero dentro do partido começou a ser analisado em 2010 com algumas mulheres dirigentes, militantes do partido político. O trabalho de coordenação avançou ao ponto que as mulheres do partido consideravam que nenhuma das estratégias surgidas da coordenação com o MAM poderiam ser implementadas se não contavam com uma estrutura capaz de levar esses projetos adiante.

Foi com essa lógica que as mulheres do partido criaram uma “Rede de Mulheres”, uma nova estrutura que ao longo dos últimos três anos conseguiram uma cadeira dentro da diretiva nacional do partido e influenciaram uma reforma aos estatutos para estabelecer cotas de 45% de mulheres em todas as estruturas de direção do partido a multi- nível.

A rede foi oficialmente constituída em 2011, a traves da incorporação de enlaces nas diretivas municipais e a aprovação dos estatutos internos, cujo primeiro objetivo se propõe, literalmente, “ser reconhecida institucionalmente e entre as organizações de mulheres”. Em outras palavras, a rede se compromete a assumir a função de elo desde o partido para o movimento, podendo assim desempenhar os processos de formação que, segundo temos registro, começaram em 2013.

Durante o processo de pesquisa para esta análise, tivemos acesso ao relatório mais recente da rede, onde consideram que um dos maiores resultados em 2012 foi ter participado “das atividades das organizações de mulheres”, destacando a participação das suas militantes do partido nas marchas feministas pela descriminalização do aborto “terapêutico”, passeatas contra a impunidade ao redor dos femicídios e do 8 de março. Um segundo impacto da existência desta rede tem sido a modificação da correlação de percentagem de mulheres nas estruturas de direção do partido, segundo podemos apreciar a na tabela com a relação das estruturas partidárias a multi-nível:

**Tabela 1.1 Relação da equidade de gênero nas diretivas a multi-nível**

		<b>Membros</b>	<b>% Mulheres</b>	<b>% Homens</b>
<b>NIVEL NACIONAL</b>	Diretório Nacional	27 Integrantes (25 + 1 Enlace Rede de Mulheres + 1 Enlace Comissão da Juventude)	44% para um total de 12 mulheres	56% para um total de 15 homens

	Comissão Executiva Nacional	9 Integrantes	44% para um total de 4 mulheres	5 para um total de 56%
<b>NIVEL LOCAL</b>	Diretivas Municipais	78 Diretórios para um total de 392 membros	40% para um total de 157 mulheres	60% para um total de 235 homens

*Fonte: Movimento de Renovação Sandinista, Relatórios e dados internos (construção própria)*

Podemos apreciar, a partir dos dados, que a rede tem tido um impacto em termos de recomposição diretiva, isso sem considerar o fato de que a própria presidenta nacional do partido é uma mulher. Mas como veremos a seguir, este otimismo com relação à estrutura, fica diluído quando associado a outras questões fundamentais, como por exemplo, o acesso dessas mulheres em posições de poder dentro do estado o em listas de candidaturas, cujos objetivos fazem parte das estratégias do próprio movimento. A seguir analisaremos essas questões.

#### *b. Redefinindo os arranjos organizativos*

Em 2006, o MRS obteve um dos piores resultados, em termos eleitorais, da sua história partidária desde a fundação em 1995. Isso teve, naturalmente, impacto na desintegração da coalizão partidária que o MRS liderara para aquela campanha eleitoral, desmanche que não atingiu à coordenação que o partido já tinha iniciado com o MAM semanas antes da campanha.

No segundo ano do mandato de Ortega, o partido sofreu uma segunda derrota quando o Conselho Eleitoral – sob pressão da FSLN- suspendeu a legenda do MRS, eliminando assim as possibilidades do partido participar em futuras eleições<sup>14</sup>. A derrota poderia ter sido definitiva, a não ser porque a relação que já existia com os movimentos, especialmente feminista e depois foram se adicionando organizações de jovens, permitiu extrapolar o espaço partidário da competição eleitoral, para participar de redes sócio-partidarias que começaram a pipocar naqueles anos.

<sup>14</sup> Com a decisão do tribunal eleitoral, a MRS perdia as chances de participar nas eleições municipais de novembro de 2008, ao menos com a própria bandeira. Essa decisão motivou uma greve de fome por parte de Dora Maria Tellez, uma das mais notáveis líderes da guerrilha sandinista dos anos 70s, junto a dois membros dos movimento de jovens, que levou quase quatro semanas sem nenhum tipo de resposta por parte do Conselho Eleitoral. Para mais informação, vide: <http://www.elnuevodiario.com.ni/nacionales/18305>

Sem campanha eleitoral e sem legenda, as relações do movimento com o MRS alcançavam agora um novo patamar e o movimento de mulheres virou um ator fundamental para a reconstituição do partido desde uma perspectiva “de movimento”. Essa nova condição motivou que afiliadas do MAM integrassem uma espécie de Diretório “temporário” do MRS, contribuindo majoritariamente com a fiscalização dos processos de eleições internas, isto é, a eleição dos coordenadores municipais do partido, na busca de alternativas para participarem das próximas eleições para prefeitos, mesmo que sob o guarda-chuva de outros partidos políticos.

Foi esse contexto que levou a criação de uma nova estrutura: A *Unión Ciudadana por la Democracia*, UCD. Esta nova associação surgiu do descontento de um espectro maior de organizações, movimentos de jovens, acadêmicos e organizações feministas contra as reformas do governo de Ortega em torno aos novos modelos participativos, via CPC, e em rechaço à pressão do governo contra nove líderes do movimento de mulheres, que enfrentavam um processo na justiça por organizar marchas a favor da descriminalização do aborto terapêutico.

A UCD não é nenhuma coalizão de partidos políticos, mas uma rede multi-setorial que pressiona por reformas eleitorais para erradicar o controle da FSLN sobre as instituições do estado. No bojo dessa nova estrutura surgira uma situação bastante curiosa quando as organizações, por influências do MAM, convidaram um dos deputados eleito do MRS, Enrique Sáenz, para integrar essa nova rede, pela percepção de que já o MRS não operaria como um partido político. Durante a pesquisa de campo, o deputado explicou parte dos cruzamentos com os que se convive nessa rede socio-partidária:

“Por alguna razón resuelven que las representaciones en la UCD sean personales y no institucionales, y por eso me invitan a formar parte de la UCD, siendo yo MRS. Entonces aquí se genera una dinámica inusual en la que un presidente de un partido (en este caso, yo del MRS) es miembro de una organización de la sociedad civil. Y ahí se da otro tipo de enlace porque está el MAM presente (...) Entonces ahí encontramos, por así decirlo, otro eslabón de actuación conjunta en donde tiene mucha importancia las relaciones informales. Las principales movilizaciones de esa época las organizó la UCD, teniendo como uno de sus pilares la relación del MAM con el MRS. Pero nosotros como MAM-MRS nos continuábamos reuniendo aparte. De hecho, la Alianza Patriótica que luego se integró a la Alianza PLI<sup>15</sup> fue resultado de este proceso. Y eso explica, por ejemplo, que Azalea Solís, miembro del MAM, pero como representante de la UCD sea miembro del Consejo Político de la Alianza PLI. No sé cómo pasó y aún me lo pregunto, ¿cómo estas organizaciones que eran tan reacias a los partidos políticos hayan permitido que un partido político estuviera dentro de sus estructuras?” (*Entrevista realizada em Dezembro de 2012*)

---

<sup>15</sup> A “Aliança PLI” é uma coalizão de partidos e organizações que participaram das eleições presidenciais de 2011 com a intenção fracassada de evitar a reeleição de Ortega

Uma das conclusões preliminares que podemos extrair dessa reconfiguração organizativa é que os atores continuam com problemas da coordenação. Na UCD, os ativistas do movimento dominam a pauta e tem maior influência na definição das estratégias, mas quando os representantes da UCD participam nas coordenações no interior da Aliança PLI, a pauta se transmuta e os atores partidários impõem seus interesses eleitorais, ocasionando conflitos para as próprias entrevistas. Em muitas conversas que realizei durante a pesquisa de campo, por exemplo, consegui constatar que existe uma percepção de ativistas de outras organizações feministas que não participam desses espaços, ao redor de que as ativistas que estão lá dentro investem todos os esforços para conseguir candidaturas para posições como deputadas ou para eleições municipais.

Contudo, a coordenação continua sendo o maior desafio. É pelo menos o que fica em evidencia a partir da explicação da ex - guerrilheira Dora Maria Tellez, uma das mais emblemáticas líderes do sandinismo, ex- integrante da DN do FSLN e fundadora do MRS, ao falar sobre o ampliação das fronteiras do MRS para a participação nessas outras redes:

“El aprendizaje que sacamos de todo esto es que hay que hacer un debate político amplio, aprender a escuchar, tratar de poner tus posiciones con cordialidad, etc. Lo más simple para un partido tal vez sea dar órdenes, pero no siempre asegurar la coordinación. Eso sólo lo conseguís cuando hay convicción y es mejor buscar la convicción. A veces el PLI es más desajustado que al resto de movimientos o fuerzas que están ahí...porque la dinámica de ellos está más determinada por el personalismo de Eduardo Montealegre<sup>16</sup>” (*Entrevista realizada em maio 2014*).

### *c. Preparando para o jogo eleitoral*

No acordo entre o MAM e o MRS, a questão das cotas de gênero não tem sido a única agenda do movimento, mas nem por isso ela tem deixado de ser importante para o conjunto das organizações. Talvez por isso em 2012, o Presidente Ortega chamou muito a atenção das organizações feministas ao apresentar uma proposta de lei, aprovada pelo Legislativo esse mesmo ano, para obrigar a todos os partidos políticos apresentar candidaturas em todas as posições (legislativo, prefeituras, etc) até um 50% de mulheres.

A lei posiciona a Nicarágua, segundo o índice elaborado pelo World Economic Forum<sup>17</sup>, no primeiro lugar na América Latina em termos de normativas que orientam a equidade de gênero, mas na prática os partidos enfrentam enormes dificuldades para garantir o

---

<sup>16</sup> Montealegre é deputado liberal e um dos maiores representantes da oposição à Ortega desde a representação parlamentar do PLI. Foi derrotado por Ortega nas mesmas eleições de 2006

<sup>17</sup> [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2013.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf)

cumprimento desta normativa, desde que esta questão nunca foi um tema de agenda das estratégias partidárias. Em outras palavras, os partidos têm feito grandes esforços para assegurar que podem cumprir com a normativa 50-50, sob pena de ser multados com não participar em novas eleições.

No caso do MRS, essa situação pode ser analisada em dois momentos. Na campanha eleitoral de 2006, o partido liderava uma coalizão de seis partidos políticos, em torno dos quais gravitou a negociação da lista de candidatos a deputados e membros da equipe coordenadora da campanha eleitoral. Os estatutos do partido estipulavam uma quota dos 40% de mulheres na lista de candidatos, mas a coalizão no geral, não cumprira com a demanda estatutária e, por tanto, não poderiam fazer a inscrição de candidatos com uma percentagem que contradissesse seus próprios estatutos. Tal situação conduziu o partido a reformar os estatutos para eliminar a exigência das quotas para evitar as punições por parte do Conselho Eleitoral.

A questão das cotas foi retomada em 2011, e tomou maior força com a vigência da “lei 50-50”, ao ponto que a rede de mulheres do MRS, com a assessoria do MAM, elaborou uma proposta de modificação estatutária para reincorporar a questão das cotas, tudo isso facilitado pelo fato de que naquele período o 32% do Diretório era integrado por mulheres. O objetivo era participar das eleições municipais de 2012 com a normativa de cotas instituída pelo diretório nacional.

Porém, de acordo com a deputada Edipcia Dubon, eleita para o mandato 2012- 2016 dentro do MRS, mas no marco da Aliança PLI, no momento das eleições municipais as dificuldades reapareceram não só dadas pelas exigências da coalizão partidária, mas das dinâmicas locais que não aceitariam mulheres nas posições de destaque:

“Las mujeres hicimos toda una fuerte campaña electoral con videos, pancartas, web, radios, etc, mientras los hombres sólo hacían un trabajo de pasar papeles y de poco esfuerzo. Esto hizo que las mujeres ganáramos las primeras listas en por lo menos tres municipios, pero una vez que vamos a la negociación de la alianza con el PLI y presentamos la lista en los municipios, nos piden que cedamos los espacios para los líderes locales de los otros partidos, es decir personas y candidatos que ya eran conocidos en esos municipios, o bien lideres nuestros en otras circunscripciones. Esto nos frustró demasiado, inclusive hasta perdimos compañeras en algunas circunscripciones porque aunque hicimos un gran trabajo interno, nos enfrentábamos al problema de los liderazgos locales y de las negociaciones con los otros aliados”  
*(Entrevista realizada em Dezembro, 2013)*

De toda essa complexidade, podemos assumir que a interação do movimento com o MRS permite ao partido, em grande medida, se preparar para cumprir com a normativa de incorporar mulheres até o 50% de todas as listas de candidaturas. Mas essa incorporação não

garante que elas ocupariam posições de destaque, em função das barganhas partidárias e as negociações impostas pelas dinâmicas locais. É aqui onde o partido tem sofrido uma das suas maiores perdas, pois os resultados das negociações com a coalizão partidária parecem obstaculizar a efetividade da mudança que propõe a agenda compartilhada com o movimento.

Trata-se, a final de contas, dessa heterogeneidade partidária mencionada anteriormente, que nos permite observar como no partido existem estruturas internas – a rede de mulheres do MRS, no caso – que conectam o partido com os atores externos para obter certo grau de certificação social, mas que também representam disputas internas que podem informar sobre o nível de interação que o partido executa “com os outros”, instituindo um interessante espaço de análise.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao chegar a esse ponto da nossa análise, queremos apenas fazer dois apontamentos finais na direção de contribuir para uma agenda de pesquisa, em andamento, que analisa os fenômenos que surgem da interação dos atores políticos, a partir da nossa proposta relacional dos partidos políticos com os movimentos sociais.

O primeiro deles é que devemos assumir que assim como os movimentos sociais experimentam mudanças nas suas dinâmicas internas do ativismo, também os atores institucionais, o partido político neste caso, serão afetados nas suas estruturas internas como no funcionamento, ao ponto de desenvolver uma espécie de “ativismo”, no nosso caso, um “ativismo partidário”. O caso analisado nos permite mostrar que a pluralidade interna dos partidos tende a reproduzir disputas motivadas pela influência dos movimentos, os que também incorporam dentro dos partidos algumas pautas na busca de transformar suas próprias agendas, canalizadas a traves dos partidos.

Essa canalização só é assegurada pelo fato do partido contar com uma espécie de subcultura interna, onde se movimentam diversas agendas que ganham espaço nas estratégias de campanha eleitoral. Mas tal alcance enfrenta, contudo, diversos desafios. Afinal os partidos não apenas elaboram coordenações de agendas com os atores movimentalistas. Eles também precisam de coordenações eleitorais com seus pares partidários, cujas negociações podem gerar novos conflitos que movimentam as agendas. Isto é, assim como o movimento feminista consegue a retomada do debate sobre a questão das cotas, essa mesma questão volta aparecer como disputa quando faz parte das negociações entre as coalizões de partidos.

A nossa segunda consideração está relacionada com o tipo de contribuição que podemos obter destas propostas para futuras agendas de pesquisa. Os movimentos sociais se

coordenam com os atores institucionais da política, partindo de apostas concretas. Precisamos ver no campo, que oportunidades e desafios enfrentam estas apostas, desde que olhemos para dentro destes atores institucionais.

Nas nossas pesquisas teremos a ganhar se conseguirmos extrapolar nossa fronteira de análise, não apenas aquelas que enquadram o ativismo, mas também dar um passo à frente da ponte que nos outorga a interação. Em outras palavras, análises que nos permitam partir desde a ideia da interação, qualifica-la e avançar para ver como essa interação tem impacto para ambos os atores, pois isto implicará ver formas renovadas de ativismo, tanto dentro do estado como dentro do partido político.

Por fim, considerando que esse ativismo só pode ser alterado dentro de contextos específicos, não podemos abrir mão de situar tal interação na conjuntura política onde ela acontece. A coordenação dos ativistas com os espaços institucionais – partido ou estado - acontecem marcados pela necessidade de mudar fatores conjunturais, os quais nos podem outorgar as pistas para entender melhor os desafios desta coordenação. Trata-se de pesquisas que não apenas colocam o acento na interação dos atores, mas também na interação desses atores com o contexto, que vai dizer o quanto avançam, ou não, nos seus objetivos conjuntos.

## **BIBLIOGRAFIA**

- AMARAL, Oswaldo E. (2013) *O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura*. Revista Debates, Porto Alegre, v. 7, n.2 p.11-32, maio-ago.
- ANDERSON, Leslie and LAWRENCE, Dodd (2005).- Learning Democracy. *Citizen Engagement and Electoral Choice in Nicaragua 1990 – 2001*. The University of Chicago Press.
- BALDIZON, José Abelardo (2004)- El Frente Sandinista de Liberación Nacional y sus órganos partidistas locales: *una primera aproximación a los municipios de Boaco y Estelí*. FLACSO, Guatemala
- CARDENAL, Ernesto (2013). – La Revolución Perdida: Memorias. Tomo III 3ra Edición. Ed. Anamá. Managua, Nicaragua
- CAVAROZZI, Marcelo & MEDINA, Abal Juan (eds.) (2002).- El asedio a la política. *Los partidos latinoamericanos tras la década del neoliberalismo*. In: Rosario. Homo Sapiens, 33-54
- DALTON, Russel J, KUECHLER, Manfred (ed) (1990).- Challenging the Political Order. *New Social Movements in Western Democracies*. Oxford University Press. New York
- DUVERGER, Maurice. (1970)- *Os Partidos Políticos*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro
- FREIDENBERG, Flavia (2013) - Los actores de la Representación Convencional: Los Partidos Políticos In: [http://works.bepress.com/flavia\\_freidenberg/76](http://works.bepress.com/flavia_freidenberg/76). Janeiro

- \_\_\_\_\_, LEVITSKY, Steven (2007).- Organización informal de los partidos políticos en América Latina In: *Desarrollo Económico*, Vol. 46, No. 184 (Jan. – Mar) , pp. 539-568
- GELB, Joyce (1990).- Feminism and Political Action. In: DALTON, Russel J, KUECHLER, Manfred (ed) (1990).- *Challenging the Political Order. New Social Movements in Western Democracies*. Oxford University Press. New York. pp 137 – 155
- GURZA LAVALLE, Adrian, ROMÃO, Wagner e ZUREMBERG, Gisela (2014).- Partidos Políticos e Innovación Democrática: Más allá de purezas y perversiones. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. Universidad Nacional Autónoma de México. Nueva Época, Año LIX, núm. 220, ene-abr pp. 21 - 54
- HELLMAN, Judith A (1992)- The Study of New Social Movements in Latin America and the Question of Autonomy. In: *The Making of social movements in Latin America: identity, strategy and democracy*. Escobar A; Alvarez, S. (eds). Boulder: Westview Press, 1992
- KATZ, Richard, S & MAIR, Peter (2012). - Parties, Interest Groups and Cartels, A Comment. In: *Party Politics Review*, 18 (1) pp 107 -111
- LAWSON, Kay (1976).- *The Comparative Study of Political Parties*, New York, St. Martin's Press
- LEVITSKY, Steven (2003).- *Transforming Labor-Based Parties in Latin America*. Argentine Peronism in Comparative Perspective. Cambridge University Press
- LUCIAK, Ilya (2001).- *After the Revolution. Gender and Democracy in El Salvador, Nicaragua and Guatemala*. Baltimore. Johns Hopkins University Press
- MAM. (2006) Documento Político. Política y Ciudadanía de las Mujeres. Bases de la refundación del Movimiento Autónomo de Mujeres de Nicaragua. Matagalpa/Managua, Febrero 2006
- \_\_\_\_\_. (2006) Acuerdo Político entre el Movimiento Autónomo de Mujeres de Nicaragua (MAM) y la Alianza Movimiento de Renovación Sandinista (MRS). Managua, 15 de Junio
- MARTINEZ, Victor Hugo (2009).- Partidos Políticos: Un ejercicio de clasificación teórica In: *Perfiles Latinoamericanos* Ed. Ene – Jun, pp 39-63
- MICHELS, Robert (1972).- *Los Partidos Políticos. Un estudio Sociológico de las Tendencias Oligárquicas de la Democracia Moderna. Vol I*. Segunda Edición en castellano, Amorrortu editores. Buenos Aires
- OFFE, Claus (1990). - Reflections on the Institutional Self-transformation of Movement Politics: A tentative Stage Model. In: DALTON, Russel J, KUECHLER, Manfred (ed) (1990).- *Challenging the Political Order. New Social Movements in Western Democracies*. Oxford University Press. New York. pp 232 – 250
- ORTEGA HEGG, Manuel (2008).- *Las relaciones Gobierno – Sociedad Civil, a inicios de la Administración del Presidente Daniel Ortega*. Managua, 2008
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PRADO, Silvio (2008).- *Modelos de participación ciudadana y presupuestos municipales. Entre los CDM y los CPC*. Ediciones Centro de Estudios y Análisis Políticos, CEAP. Managua, 2008
- PUIG, Martí Salvador (2012).- *The Sandinistas and Nicaragua since 1979* / David Close, Salvador Martí i Puig and Shelley McConnell (editors). Lynne Rienner Publishers



- SANTIUSTE, Salvador (2000).- Del Monopolio del poder a la competencia electoral: *La incompleta transformación del FSLN en los 90*. Tesis Doctoral presentada en la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO, Sede México
- STUART, Roberto (2009)- *Consejos del Poder Ciudadano y Gestión Pública en Nicaragua*. Ediciones Centro de Estudios y Análisis Políticos, CEAP. Managua, 2009
- TARROW, Sidney (1990).- The Phantom at the Opera: Political Parties and Social Movements of the 1960s and 1970s in Italy. In: In: DALTON, Russel J, KUECHLER, Manfred (ed) (1990).- *Challenging the Political Order. New Social Movements in Western Democracies*. Oxford University Press. New York. pp 251 – 273
- TILLY, Charles (1995). “Contentious Repertoires in Great Britain,” in Mark Traugott, ed., *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham: Duke University Press
- VIGIL, María Lopes (2011).- *Nicarágua: eleições fraudulentas e uma ditadura institucional* in: [http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6538:submanchete211111&catid=30:america-latina-&Itemid=187](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6538:submanchete211111&catid=30:america-latina-&Itemid=187)
- VIJIL, Ana Margarita (2010). - The Effect of the Suplente System in Women’s Legislative Representation: The Nicaraguan Case 1996, 2001 and 2006 Elections. Dissertação de Mestrado em Arizona State University
- WELLHOFER, Spencer (1974). - Political Parties as "Communities of Fate": *Tests with Argentine Party Elites*. In: *American Journal of Political Science*, Vol. 18, No. 2, pp. 347-363
- ZAREMBERG, Gisela (2013).- *¿Género versus pueblo?: mujeres, gobernanza local y participación en Brasil, Venezuela, Nicaragua y México*. Ponencia presentada en el Congreso Lasa, 2013. *Toward a New Social Contract?* Washington 21 May – 1 Jun.